UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-4202

ATA da reunião Comissão de Sustentabilidade

32ª ata da Reunião da Comissão de Sustentabilidade (CS), realizada no dia 21 de julho de 2016, às 14 horas, na Sala de Reunião do Ático da Reitoria II.

Estavam presentes os seguintes membros:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NOME |  | UNIDADE | E-MAIL |
| Gabriela Mota Zampieri |  | CGA | gabriela.zampieri@ufsc.br |
| Carolina Assis Fernandes Ferreira |  | CGA | carolina.fernandes@ufsc.br |
| Ludmila Serafim de Abreu |  | CGA | ludmila.abreu@ufsc.br |
| Asteley da Silva |  | DCOM | asterley-kinsezaki@ufsc.br |
| Fanny Vidigal de Paula |  | CCP | fanny.vidigal@ufsc.br |
| Gilberto Caye Daudt |  | DMPI | gilberto.cd@ufsc.br |
| Felipe Garcia Tervisol |  | DFO | felipe.tersariol@ufsc.br |
| Rodrigo Gonçalves |  | SETIC | rodrigo.g@ufsc.br |
| Branda Vieira |  | RES/PU | branda.vieira@ufsc.br |
| Paulo Eduardo Botelho |  | DAS | paulo.botelho@ufsc.br |
| Marcos Feluoe Ravazzoni |  | DPC | Dpc.proad@contat.ufsc.br |
| Leonanrdo Reynaldo |  | AGECOM | Leonardo.reynaldo@ufsc.br |
| Ana Maria Bortolotto |  | DPAE | Ana.bortolotto@ufsc.br |

A Sra. Gabriela iniciou a reunião informando que, conforme conversado na semana passada, a facilitação da Comissão Permanente de Sustentabilidade realizou uma reunião com a equipe do DAS, onde foi feita uma sensibilização quanto aos objetivos do Plano de Logística Sustentável, sua forma de elaboração e a importância da participação para sua concepção. Depois da conversa, a equipe do DAS solicitou mais três semanas para análise interna das ações propostas, que seriam então encaminhadas para a Comissão Permanente de Sustentabilidade. Foi entendido que essa prorrogação poderia ser admitida, tendo em vista a complexidade das ações que têm impacto direto nas atividades do setor, além disso, o plano tornar-se-ia mais participativo e exequível. Portanto, nessa reunião da Comissão não seria analisada nenhuma ação em que o DAS está como responsável.

Passou-se então para a análise da Meta 5, dentro do eixo Qualidade de Vida, “Melhorar em 80% a qualidade do ar dos ambientes internos de acordo com os parâmetros da RE ANVISA nº9, de 16/01/2003”, a dúvida colocada pela Sra. Gabriela foi a manutenção da meta, uma vez que, seria difícil mensurá-la. Nesse sentido, o DMPI explicou que não se considera responsável pela ação “Monitorar semestralmente a qualidade do ar interior (laboratório e ambientes de ensino) de acordo com os parâmetros da ANVISA (bacteriológicos e particulares)”, pois não possui instrumentos para medi-la. Segundo o Sr. Gilberto, os laboratórios, como o LCQAr, poderiam realizar esse monitoramento. A Sra. Gabriela propôs que a CGA ficasse responsável em chamar os laboratórios para realizarem a análise e, como o DMPI também operacionaliza a manutenção dos condicionadores de ar, poderia ser colocado como auxiliar nessa meta. A Sra. Carolina sugeriu retirar da ação a palavra “semestralmente”, já que não se sabe com que frequência os laboratórios poderão ajudar. Todos concordaram.

A próxima meta analisada foi “Melhorar em 5% a qualidade do ar exterior nos pontos críticos da UFSC”. A Sra. Gabriela relembrou que esses pontos críticos seriam os locais com maior fluxo de carros, como estacionamentos, pontos de ônibus e as caldeiras do HU. Com relação à ação “Monitorar semestralmente a qualidade do ar exterior”, o Sr. Gilberto perguntou quais seriam esses critérios de qualidade. Como ninguém soube responder, a Sra. Ana Maria sugeriu substituir a ação por “Pesquisar sistemas de monitoramento de qualidade do ar para serem implantados nos pontos críticos da Universidade”, colocando a CGA como responsável. Todos concordaram e a ação foi substituída.

Analisou-se então a meta 7, “Revitalizar 10% das Áreas Verdes dos *Campi”*, que contém várias ações em que a Coplan sugeriu ser substituída pelo DPAE. A Sra. Ana Maria explicou que fica mais adequado, pois as atividades executadas pela Copae e Coplan são relacionadas e realizadas em conjunto, portanto, mais pertinente colocar o DPAE. Todos aceitaram a sugestão.

Com relação à ação “Implantar hortas comunitárias/medicinais em canteiros no interior da UFSC”, a CGA sugeriu modificar para “Incentivar e apoiar projetos para implantação de hortas comunitárias/medicinais em canteiros no interior da UFSC”, colocando os centros como responsáveis e, como auxiliares, a CGA e o DPAE, que ficam encarregados de informar o que e onde plantar. Todos concordaram. Nesse momento, a Sra. Gabriela enfatizou que só estão sendo analisadas pela Comissão as metas/ações onde foram apontadas modificações pelos setores que estavam como responsáveis.

Na meta sobre recuperação das APPs, a Sra. Branda questionou o motivo pelo qual foi considerado recuperar apenas 30%. A Sra. Carolina alegou que a recuperação das APPs é muito cara e que a UFSC não possui recursos. A Sra. Gabriela complementou explicando que muitas APPs hoje são áreas de estacionamentos, assim, recuperar 30% já é um bom resultado. Os 30% foram mantidos.

Na ação “Definir áreas para compensações ambientais”, a Coplan indicou como responsáveis a CRFP e a CGA. A CRFP, representada pelo Sr. Ricardo, concordou com a sugestão da Coplan. A Sra. Carolina lembrou que recentemente foi a Coplan que passou essa demanda para CGA visando ajudar na proposta do Plano Diretor, portanto, acredita que a Coplan também deveria ficar como responsável. A representante do DPAE concordou e a ação foi modificada, conforme as indicações colocadas.

Na ação “Recuperar as áreas de APPs que estiverem degradadas”, foi comentado que a mesma estava muito semelhante a meta. Portanto, sugeriu-se modificar para “Realizar ações para recuperar as APPs que estiverem degradadas, entre elas plantio de mudas e recuperação do solo”. A CGA ficou responsável em melhorar o texto, todos concordaram.

Meta 12 “Melhorar em 3% a qualidade do trabalho dos funcionários terceirizados”, na ação “Incorporar nos futuros prédios e nos que sofrerem grandes reformas espaços para refeições e convivência para os funcionários terceirizados, conforme legislação IN 02/2008 MPOG”, o CRPF sugeriu retirar a Coplan e colocar SEOMA. A Coplan declarou que não se considera responsável pela ação. No entanto, a Sra. Ana Maria representante do DPAE, sugeriu deixar a SEOMA e colocar o DPAE, DFO e DMPI entre parênteses, como corresponsáveis. Ela disse que a ação já está sendo realizada nos prédios novos e em alguns que sofreram grandes reformas. A mesa comentou que muitos prédios não tem espaço para terceirizados, que acabam descansando e fazendo suas refeições em locais inadequados. Foi sugerido retirar a Sead, pois o setor não tem relação com a ação. Todos concordaram com as modificações sugeridas.

A próxima meta analisada foi “Melhorar em 10% a adaptação dos novos servidores ao ambiente de trabalho”. Na ação “Incorporar nos futuros prédios e nos que sofrerem grandes reformas espaços para refeições e convivência para os funcionários terceirizados, conforme legislação IN 02/2008 MPOG”, o CCP destacou que não deve ser estabelecida uma carga horária mínima, pois isso cabe ao próprio instrutor do curso, que tem mais conhecimento para estipular a carga horária adequada. Todos concordaram. Vários representantes da mesa ressaltaram a importância da capacitação ser presencial, o que favoreceria a integração e o esclarecimento de dúvidas. O Sr. Paulo lembrou que esse curso já está previsto, e deverá ser realizado nos próximos meses. Foi colocada em pauta a dificuldade de realização do curso nos outros *Campi*, tendo em vista a distância, a Sra. Fanni informou que está sendo analisada a possibilidade de criar agentes de capacitação.

Com relação à ação “Realizar acompanhamento após seis meses da entrada do novo servidor verificando adaptação e dificuldades encontradas”, a Prodegesp afirmou que essa ação já é realizada através da avaliação de estágio probatório. A Sra. Carolina discordou argumentando que, para ela, a avaliação do estágio probatório não é muito efetiva, pois acaba sendo o próprio servidor que a realiza. A Sra. Gabriela explicou que essa ação foi pensada para ser algo além do estágio probatório, como por exemplo, o setor de gestão de pessoas realizar entrevista para verificar se o recém contratado está gostando ou tendo alguma dificuldade em sua nova função. Nesse sentido, o Sr. Paulo afirmou que, em breve, o sistema de avaliação será modificado para 360, portanto a ação já estaria prevista, podendo assim mantê-la. Ficaram responsáveis pela ação a CIS, PRODEGESP e DAFDC. Todos concordaram.

Na ação “Estabelecer tutores para auxiliar os novos servidores por período determinado, estabelecendo benefício aos colaboradores”, foi sugerido pela facilitação da comissão retirar a parte do “benefício”, levando-se em consideração o que foi discutido nas reuniões anteriores, ou seja, que o conceito de sustentabilidade envolve cooperação. A Prodegesp sugeriu colocar os gestores como responsáveis. Todos concordaram.

Nesse momento o Sr. Paulo ressaltou a importância da realização de um mapeamento dos processos da UFSC. No entanto, a Sra. Gabriela destacou que isso foge um pouco dos eixos de sustentabilidade. A Sra. Branda discordou e salientou que processos bem feitos podem demandar a utilização de menos papel e energia. Portanto, a facilitação da comissão ficou responsável em fazer uma ação trazendo essa ideia, colocando-a em análise em uma próxima reunião.

Na ação “Sensibilizar os setores que receberão novos servidores com deficiência”, o Sr. Paulo salientou que, normalmente, nenhum setor quer receber servidores com deficiência, sendo esse um sério problema, tornando a ação de extrema importância. A Prodegesp sugeriu incluir a Saad e EMATCD. Foi mencionado que alguns sistemas da universidade, como SPA e Moodle não estão adaptados às pessoas com deficiência. A facilitação ficou encarregada de redigir uma ação com esse intuito. Todos concordaram.

Na ação “Alocar, sempre que possível, os novos servidores de acordo com o seu perfil (aptidões/habilidades/conhecimentos)”, a Prodegesp sugeriu incluir o DDP. Todos concordaram.

Passou-se então para a meta 15 “Melhorar em 5% a qualidade de vida dos alunos”. Na ação “Proporcionar almoço e jantar aos estudantes carentes que permanecem na UFSC durante as férias”, o gabinete sugeriu incluir a PRAE como responsável pela ação. Todos concordaram. Na ação “Substituir progressivamente o mobiliário de sala de aula por equipamentos mais ergonômicos”, houve alteração da ação em reunião realizada pelo DCOM. O Sr. Paulo falou que isso já está sendo conversado com o DCOM. Foi explicado aos presentes que os centros devem ser os responsáveis, pois são eles que devem fazer as especificações, enquanto o DCOM e o DAS devem ser auxiliares, ajudando na adequação das especificações. Além disso, o DGP também deve ser auxiliar, dando baixa no material patrimoniado. Todos concordaram.

Na ação “Ampliar área para estudo ao ar livre”, o DPAE solicitou sair da ação, colocando SEOMA e PRAE como responsáveis. Segundo o Sr. Paulo, o DCOM também deve participar da ação, pois com a ampliação das áreas pode ser necessária a aquisição de itens, recomendando também colocar as Unidades como responsáveis. A Sra. Gabriela sugeriu a entrada do DPAE para a realização de projetos. A Sra. Carolina explicou que todos da SEOMA podem ser responsáveis, PU, DMPI, DFO, DPAE, CGA e o DCOM como auxiliar, todos concordaram.

A ação “Ampliar área de descanso para os alunos” tem a mesma consideração da ação anterior, DPAE defende que SEOMA e PRAE sejam responsáveis pela ação. Por fim, ficaram como responsáveis SEOMA e PRAE e como auxiliar o DCOM.

Na ação “Ampliar o número de leitos da moradia estudantil”, a Sra. Branda sugeriu modificar para número de vagas. DPAE considera Saad e PRAE responsáveis pela ação. O Sr. Paulo e a Sra. Branda recomendaram transformar a ação em meta, tendo em vista a sua importância, e o fato de ser necessário realizar várias ações para atingir a meta, como estudo de demanda, etc. Todos concordaram e a facilitação da comissão ficou responsável em fazer essas modificações.

Passou-se então para o eixo da água, meta “Implementar monitoramento em 50% da área abastecida por água da UFSC”. Na ação “Criar rotinas de atualização do mapeamento da rede de abastecimento da UFSC.”, o DPAE sugeriu substituir os responsáveis por SEOMA. Segundo a Sra. Carolina, as ações realmente são de responsabilidade da secretaria, pois qualquer um pode atualizar o sistema de mapeamento quando estiver realizando suas atividades, tanto DPMI, como Coplan e DPAE. Segundo a Sra. Ana Maria, não há mapeamento de boa parte da rede, o que causa vários transtornos, como a danificação de canos durante a realização de obras. O Sr. Felipe explicou que já existe um semi-mapeamento, em formato de planta, e que nas novas obras já estão sendo realizados os *as built* pela própria empresa contratada. No entanto, a Sra. Ana Maria disse que é importante realizar uma verificação do mapeamento existente. A Sra. Branda explicou que do jeito que está a ação parece ser simples, e esclareceu ser necessária a atualização do mapeamento com as informações já existentes e, posteriormente, a criação de procedimentos, portanto ser criada outra ação. Todos concordaram e a CGA ficou responsável em melhor o texto, transformando a ação em duas.

Na próxima ação “Instalar hidrômetros com monitoramento nos edifícios e/ou setores abastecidos”, o DPMI recomendou incluir o DPAE, pois depende de Projetos, o DPAE concordou.

Na ação “Implantar monitoramento contínuo dos padrões de potabilidade da água (Portaria MS 2914/2011) nos *campi* abastecidos com soluções alternativas”, o DMPI julgou não ser responsável. A Sra. Carolina contestou dizendo que o DMPI poderia ficar responsável em contatar os laboratórios para realizar a análise e que esses poderiam ficar como auxiliares, assim como a CGA ficou responsável pela ação que envolvia a qualidade do ar. A Sra Gabriela ressaltou que o DMPI ficaria responsável somente em puxar a ação. A Sra. Carolina lembrou que, caso o laboratório não seja capaz de auxiliar, poderia ser realizada pelo DMPI uma licitação do serviço. A Sra. Branda lembrou que o Lima faz esse tipo de análise. O Sr. Paulo colocou que seria interessante fomentar um grupo de pesquisa para isso. O DMPI continuou afirmando que não seria o setor mais adequado para realizar a ação. Por fim, o Sr. Gilberto ficou responsável em levar o questionamento para o DMPI e dar uma posição melhor em reunião posterior. Dando continuidade a discussão, a Sra. Ana Maria afirmou ser uma ação mais relacionada ao setor de saúde. A Sra. Ludmila lembrou que há a possibilidade dessa ação ficar sob responsabilidade da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, que suspostamente será criada. Diante desse fato, a mesa entendeu ser melhor esperar os próximos acontecimentos para voltar a discutir as responsabilidades dessa ação.

Na ação “Divulgar mensalmente as mídias disponíveis o custo/consumo mensal com água e esgoto, além da evolução da redução”, a Coplan sugeriu alterar para anualmente e colocar SEOMA como responsável. A Sra. Carolina disse achar a divulgação mensal mais adequada e que isso já é realizado pela CGA através do site. A Sra. Gabriela informou que o Felipe da Coplan repassa mensalmente a informação para a CGA, portanto, sugeriu a CGA como responsável e o DPAE como auxiliar. Todos concordaram. A Sra. Ana Maria também ficou responsável em falar com o pessoal da Coplan para verificar a necessidade do relatório ser anual, pois foi colocada a possibilidade da Coplan já fazer isso.

Na próxima meta “Designar adequadamente 100% do esgoto da UFSC” tem-se a ação “Mapear rede de esgoto da UFSC identificando caixas de gordura, caixas de inspeção, poços de visita, origem dos efluentes nos pontos que são despejados nos córregos e tubulação em geral”, na qual o CRFP solicitou a inclusão da SEOMA e a Coplan declarou não ser responsável pela ação. A Sra. Ana Maria disse que poderia deixar como está, mas com a SEOMA como responsável. Todos concordaram.

Na ação “Ligar toda a rede de esgoto da UFSC Florianópolis à rede da concessionária”, o DPAE considerou colocar a SEOMA como responsável da ação. A Sra. Gabriela disse que existe um projeto que está mapeando todos os canais que vão para os córregos da UFSC e investigando quais deles levam esgotos. Portanto, as informações desse Projeto poderão subsidiar essa ação.

Na ação “Desenvolver e aplicar plano de monitoramento da qualidade das águas dos córregos da microbacia do *campus* UFSC/Florianópolis – Trindade e demais *Campi* (quando pertinente)”, a Sra. Gabriela disse que essa ação já está sendo realizada pelo projeto. Segundo a Coplan, apenas a CGA deve ser responsável pela ação. A CGA concordou.

Na meta “Adequar o sistema de drenagem em 10 % das áreas urbanizadas da UFSC”, a Sra. Gabriela estranhou e questionou os 10% da meta. A Sra. Carolina informou que foi a equipe anterior do DPAE que propôs essa meta. Na ação “Realizar o mapeamento da rede pluvial da UFSC”, o DPAE entende que a SEOMA é responsável pela ação. Todos concordaram.

Passou-se então para o eixo energia, meta “Diminuir em 5% o consumo de energia por m² de área construída”. O Sr. Paulo perguntou se a campanha teve algum efeito, a Sra. Gabriela falou que, comparado ao ano passado, o consumo de energia diminui, mas muito pouco, e que a análise foi feita em números absolutos. Foi frisado que não tem como analisar por prédio, pois não há medidores e também não foi analisada a diminuição por metro quadrado. A Sra. Carolina lembrou que, em novembro, a campanha será realizada novamente, devido ao aumento da temperatura e também por ainda ter bastante material. A Sra. Gabriela explicou que a ideia é fazer uma análise mais minuciosa.

Na ação “Divulgar mensamente nas mídias disponíveis o custo/consumo mensal com energia elétrica, além da evolução da redução”, a COPLAN colocou a SEOMA em seu lugar como responsável da ação e solicitou mudar para anualmente. A Sra. Carolina lembrou que é o mesmo anterior, que poderia ser anual. A Sra. Ana Maria disse que é melhor deixar SEOMA, em função da reestruturação do DPAE e do local onde ficará a Divisão de Eficiência Energética. Tendo em vista o colocado, todos concordaram.

Na ação “Promover campanhas educativas de redução do desperdício de energia elétrica junto à comunidade universitária (ar-condicionado, elevadores, eletroeletrônicos, iluminação).”, a Coplan colocou a SEOMA em seu lugar como responsável da ação. A CGA sugeriu incluir a Divisão de Eficiência Energética como responsável. De acordo com o que havia sido falado anteriormente, manteve-se dessa maneira.

Na ação “Criar diretrizes para regular a aquisição, instalação e manutenção de novos equipamentos elétricos”, o DPC declarou que deve ser retirado da ação. A Coplan colocou a SEOMA em seu lugar como responsável da ação. A Sra. Carolina falou que a ideia é fazer uma comissão para criar diretrizes parecidas com as existentes para ar-condicionado. Explicou que atualmente, antes da compra, é realizada uma análise pelo DMPI e pelo DPAE, levando-se em conta a estrutura e o tamanho da sala, e se o local de instalação tem condições de receber um ar-condicionado. Então a ideia é realizar essa análise para outros equipamentos. A Sra. Gabriela lembrou que a Eveline já estava trabalhando com isso. A Sra. Branda pensou que isso podia ser retomado pela nova gestão. A Sra. Carolina explicou que a ideia anterior fazer essas diretrizes em forma de portaria, para deixar mais oficial, entende que o DPC e a CGA devem ficar responsáveis pela ação. O Sr. Marcos ficou de conversar com o Diretor do DPC a respeito e trazer para a próxima reunião. Ele também falou que é necessário definir quem deve receber os novos aparelhos, dando exemplo dos condicionadores de ar.

Na ação “Realizar estudo de viabilidade de substituição progressiva das lâmpadas fluorescentes pelas de LED”, o DPAE sugeriu ser substituído pelo DMPI como responsável pela ação. A Sra. Carolina lembrou que quem estava fazendo isso era a Juliana, da Coplan, por isso não entende por que sugerem o DMPI. Também comentou que seria importante ter um representante da Coplan na Comissão, pois existem várias ações que estão relacionadas diretamente a ela. A Sra. Ana Maria ficou de conversar no DPAE sobre o assunto. A Sra. Branda lembrou que a troca das lâmpadas fluorescentes é realmente importante, pois liberam mercúrio e que, atualmente, o armazenamento é incorreto e insalubre, tornando esse estudo muito importante. A Sra. Ana Maria ficou de conversar internamente para ver se a Coplan pode ser responsável por esse estudo e também mencionou a importância de serem estabelecidas metas e ações prioritárias para os setores.

Na próxima reunião será dada continuidade ao eixo energia, e em seguida, o eixo resíduo e eixo geral.